

A sociologia da ação e a participação dos alunos do curso a distância de administração pública da UFOP na gestão pública

**Mirian Assumpção e Lima¹, Helton Cristian de Paula², Luciano Batista de Oliveira³,
Lélis Maia de Brito⁴**

¹Universidade Federal de Ouro Preto/Departamento de Gestão Pública, mirianlimaop@gmail.com

²Universidade Federal de Ouro Preto/Departamento de Gestão Pública, helton@cead.ufop.br

³Universidade Federal de Ouro Preto/Departamento de Gestão Pública, luciano@cead.ufop.br

⁴Universidade Federal de Ouro Preto/Departamento de Gestão Pública, lelis@cead.ufop.br

Resumo – Este artigo identifica se a participação dos alunos no curso de Administração Pública da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) está associada a alterações na participação destes nos municípios onde residem e nos órgãos públicos que atuam. A inferência de que a informação e a reflexão sobre a gestão pública são fatores que estão associados a alterações na participação enquanto cidadão e servidor público foi feita a partir dos trabalhos de Dubet (1994) no campo da sociologia da ação. Decidiu-se por examinar atuação dos alunos a partir de dois aspectos: (a) influência via participação popular para residentes e (b) influência via desempenho na gestão para servidores. O curso a distância de Administração Pública da UFOP tem buscado consolidar não só as práticas gerenciais, mas principalmente, gerar uma base de atividades acadêmicas que atue no desenvolvimento de novos conteúdos e investigação. A pesquisa de campo corroborou o que Dubet (1994) propôs em seus trabalhos. Parte significativa dos alunos afirmou que o conteúdo das disciplinas tem permitido a eles participarem de ações enquanto cidadãos e servidores públicos.

Palavras-chave: Administração Pública, Participação popular e Sociologia da ação.

Abstract – This paper identifies the involvement of pupils in the Public Administration major at the Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) and is associated with changes in these activities in the municipalities where they reside and in public agencies that they work in. The inference that the information and reflection on public management are factors associated with changes in activity as a citizen and public servant was taken from the works of Dubet (1994) in the sociology of action. We decided to examine student performance from two aspects: (a) influence through popular participation in residents and (b) performance influence via the management server. Public Administration at UFOP has sought to consolidate not only managerial practices, but mainly generate a base of academic activities acting on the development of new content and research. The field research outlined here corroborated what Dubet (1994) proposed in his work. Significant numbers of the students said that the content of the disciplines has allowed them to actively participate as both citizens and civil servants..

Keywords: Public Administration, Popular participation and Sociology of action.

Introdução

Os trabalhos da sociologia da ação, que se disseminaram, sobretudo, na pesquisa sobre movimentos sociais, contribuíram para desacomodar (sem superar sua arraigada persistência) as interpretações situadas no determinismo absoluto, que reduzem o ator, suas condutas e representações a mera manifestação do funcionamento do sistema.

As teorias que se confrontam no debate são em grande parte teorias da ação, no sentido de serem definições da atividade de atores e representações a mera manifestação do funcionamento do sistema.

As definições da ação feitas pelas teorias que nelas mais se concentram repartem-se em vias muito diferentes e foram situadas por Dubet (1994) em duas grandes vertentes: a da comunicação e a da ação racional.

Esses diversos modos de compreensão do ator social se cruzam em um dos grandes campos do debate sobre ator e sistema, oposto ao campo de teorias que identificam o ator ao sistema. O presente estudo localiza-se no campo que admite pelo menos certo grau de autonomia ao ator. Opta pela explicitação e análise dos elementos de informação e reflexão que as pessoas do grupo investigado incorporam e mobilizam.

Nesta direção, no segundo semestre de 2012, uma pesquisa com alunos do 4º, 6º e do 7º período do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Ouro Preto para identificação do perfil socioeconômico e dos fatores determinantes para opção por um curso a distância, revelou que 69,8% dos alunos entrevistados são servidores públicos federais, estaduais e municipais.

A partir desta realidade formulou-se uma hipótese de que alunos do 6º período do primeiro semestre de 2013 poderiam estar disseminando conhecimento adquirido no curso e influenciando a gestão pública local, em razão do conteúdo das disciplinas estudadas.

Assim, foi proposto aos alunos da disciplina EAD 377- Elaboração e Gestão de Projetos a apresentação de um artigo, como trabalho final, relatando casos de participação como cidadãos e servidores públicos na gestão municipal. Posteriormente, percebeu-se que por tratar de servidores federais e estaduais vários relataram a experiência em implantação de projetos bem sucedidos em seus setores de trabalho, apesar de participarem pouco ou quase nada nas questões municipais.

O objetivo do trabalho foi identificar se os alunos do curso a distância de Administração Pública oferecido pela UFOP têm influenciado os gestores públicos locais a implementar políticas públicas por meio de projetos técnicos, participativos ou mistos.

A partir da nomenclatura e do tratamento de dados proposto por Giglio (2004) foi sugerido aos alunos que buscassem identificar, por meio de duas dimensões, a participação na gestão municipal. Uma dimensão estabelecida foi a INFLUÊNCIA

VIA PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA RESIDENTES, que abrange os alunos residentes, na qual se verificou em que medida após início do curso os alunos aumentaram sua participação em questões que afetam o dia-a-dia do município onde residem.

A outra dimensão INFLUÊNCIA VIA DESEMPENHO DA GESTÃO PARA SERVIDORES abrange os alunos que são servidores públicos. Ou seja, identificou-se como, após o início do curso, estes alunos aumentaram sua participação no setor onde trabalham oferecendo sugestões de melhoria de modo formal ou não, elaborando, implementando ou avaliando projetos.

A identificação da contribuição dos alunos do curso de Administração Pública da UFOP à gestão municipal ocorre alguns anos após a discussão, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), do estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais deste curso. Gaetani (1999) antevia que o Parecer 266/2010 do CNE, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração Pública, receberia a interposição de recurso, vez que a discussão do ensino de administração pública está intrinsecamente ligada à problemática do campo profissional.

Cada profissão possui também bordas definidas de forma a protegê-la da competição de outras profissões e não-profissões. No caso da administração pública, essa competição vem de ambas. No plano corporativo, advogados, administradores de empresas e economistas constituem os principais concorrentes em termos de profissões estabelecidas. No âmbito não-profissional, servidores públicos tendem a desenvolver uma visão auto-referenciada sobre os conhecimentos requeridos para o desempenho de suas funções e tendem a encarar com ceticismo possíveis contribuições da academia ao seu aprimoramento profissional (Gaetani, 1999).

Neste contexto, ponderar com os alunos sobre suas contribuições para a gestão municipal possibilitou o exercício da reflexividade frente aos conceitos apreendidos na academia e a prática destes no setor de trabalho e na condição de munícipes.

Para tal finalidade foi segmentado o presente artigo em quatro seções textuais. Na primeira seção apresenta-se a discussão sobre o ensino da Administração Pública no Brasil. Na segunda seção, a sociologia da ação. Na terceira seção, as discussões apresentadas pelos alunos. E na última, as considerações finais.

1. O Ensino da Administração Pública no Brasil

A discussão sobre o ensino da Administração Pública no Brasil após um longo período de inflexão, como bem discorreu Gaetani (1999), retomou a centralidade da agenda com o Parecer CNE/CES nº 266/2010 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Administração Pública, bacharelado.

Logo, os Conselhos Federal e Regional de Administração, a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e o Sindicato dos

Administradores de Goiânia interpuseram recurso contra o Parecer nº 266/2010 alegando que “a decisão poderá ter graves consequências para o exercício da profissão do Administrador em todo país com a possibilidade concreta da profissão”. (Processo nº 230001 000120/2011-63).

O recurso interposto (que ainda aguarda homologação) foi negado pelo relator Gilberto Gonçalves Garcia que apresentou, dentre outros, os seguintes argumentos:

A proposta das DCNs para o bacharelado em administração pública evidencia que os objetivos do curso estão associados às características de formação próprias às questões relativas ao Estado e à arte da governança operacional, bem como aos fundamentos lógicos, éticos e políticos da vida pública. Razões de natureza acadêmica, portanto, justificam, por si só, o estabelecimento de diretrizes próprias que disciplinem um curso que se encontra em funcionamento no país há mais de 40 anos. (...)

(...) Desenvolverá o perfil esperado do egresso como profissional que terá por base os fundamentos constitutivos do estado e apto a compreender os temas de interesse público, refletido em agendas sociais. Irá conferir autonomia acadêmica ao curso, preservando características e métodos gerenciais aplicados a atuação e interesses públicos.

A aprovação das DCN, em muito, contribuirá para reduzir as fragilidades do ensino da administração pública no Brasil, que carece de um nítido corpo de conhecimentos, de fundamentos intelectuais sólidos, especificidade, credenciais acadêmicas e uma agenda de pesquisa.

Quando se analisa a trajetória da implantação do ensino da administração pública brasileira percebe-se o porquê das fragilidades anteriormente apontadas e entende-se a premência em buscar “*perspectivas mais promissoras de um desenvolvimento cumulativo de conhecimento nessa área*” Gaetani (1999), a despeito do baixo incentivo governamental que nessa área é de importância crucial para o Estado.

A administração pública como tema disciplinar foi introduzida no Brasil, pelo governo de Vargas, por meio do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e apesar de fragmentada e voltada para processos de formação e qualificação, foi o precursor dos esforços para estruturação de uma burocracia meritocrática e profissionalizada. Nos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart houve um esvaziamento do DASP e, conseqüentemente, dos programas de treinamento e capacitação.

Os laços de cooperação técnica com os Estados Unidos, estabelecidos ainda nos áureos tempos do DASP, garantiram a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1952, e marcou o nascimento dessa área no ensino superior brasileiro. Há que se ponderar o interesse americano no pós-guerra em difundir os conceitos de administração pública para os países em desenvolvimento, com a vinda de professores americanos

para o Brasil e a formação de mestres e doutores nos Estados Unidos. O que se observa desde então é uma dependência da gestão pública brasileira aos conceitos dos teóricos americanos, independente da imensa distância entre os processos históricos de constituição dos estados americanos e brasileiros. A reforma administrativa de 1967, implementada em pleno regime militar, garantiu a administração pública brasileira liberdade gerencial e arranjos organizacionais típicos da administração privada. A principal consequência deste modelo foi a erosão do *ethos* da administração pública e a diluição de sua especificidade.

O que se observou a seguir nas décadas de 70 e 80 do último século, foi o *boom* dos cursos de administração de empresa, que refletiam o sentido desenvolvimentista do Estado brasileiro, com a absorção da administração pública. Neste contexto recessivo para o ensino da administração pública, a EBAV/FGV descontinua seu programa de graduação. Esta inflexão da área é observada também no plano internacional.

O ensino da administração pública retorna a agenda, em 1995, com Bresser Pereira a frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado e se mantém, desde então, claudicante, em razão do baixo apoio governamental brasileiro.

Contudo:

Com o ensino de administração pública, sob o manto do Estado, reduzido a programas de curta duração, e na ausência de políticas de carreiras articuladas com programas de capacitação, as expectativas de reorganização e fortalecimento da disciplina dirigem-se naturalmente para a esfera acadêmica. O ressurgimento da temática em algumas universidades estatais federais e estaduais, juntamente com a revitalização do interesse da FGV pelo tema (com a oferta de programas em nível de doutorado), tem proporcionado a recriação de novos espaços capazes de servirem como plataforma para o desenvolvimento da área. Acrescente-se ainda a redefinição do mercado de trabalho na área de administração pública com a explosão do terceiro setor, o impacto das novas tecnologias de informação sobre os regimes de trabalho, a crescente importância das esferas subnacionais, a entrada do setor empresarial na esfera social, a criação dos órgãos reguladores e a flexibilização das relações trabalhistas, que tem facilitado novas formas de contratação para o serviço público. A expectativa de que programas de ensino à distância multipliquem-se possibilitará também um aumento dos graus de liberdade na procura de novas modalidades de se investir na área (g.n) (Gaetani, 1999).

Nesta direção, o curso a distância de Administração Pública da UFOP tem buscado consolidar não só as práticas gerenciais da administração pública, mas principalmente, gerar uma base de atividades acadêmicas que atue na geração de novos conteúdos e investigação visando a estruturação da área da administração pública como um campo disciplinar, base para pesquisa.

Este estudo representa o esforço de pesquisa sobre o ensino da administração pública no Brasil a partir dos conceitos da sociologia da ação propostos por Dubet (1994), apresentados na próxima seção.

2. A sociologia da ação

Na sociologia clássica, desde Durkheim (1993), desenvolveram-se reflexões sobre a ação social a partir de diversas perspectivas, de acordo com o próprio contexto histórico, com concepções distintas de sociedade, dos atores sociais e das interações, exprimindo modelos determinados de sociedade e de cultura. Vários autores questionam se tais paradigmas, produzidos no contexto de certa concepção clássica de sociedade, são capazes de explicar os processos sociais que ocorrem na sociedade contemporânea, no bojo das transformações que vêm ocorrendo desde o último século.

Van Haecht (1994), por exemplo, destaca que, nesses paradigmas anteriores, a teoria da ação dicotomiza a lógica estrutural e a lógica da atuação, reduzindo a ação social a um treino, que gera a interiorização de um “programa” a ser executado no futuro. O autor sugere compreendê-la como um processo adaptativo, articulando ator e estruturas, em que os efeitos da socialização seriam apenas os parâmetros da ação, não sendo, assim, irreversíveis. Nessa mesma direção, Dubet (1994) aponta uma série de limites na sociologia clássica para a compreensão da ação nas sociedades contemporâneas. Para ele, tais teorias buscam entender e explicar a ação social na perspectiva da reprodução social, perguntando como as instituições garantem a continuidade social. Nelas o ator é o sistema, ou seja, a conduta, a subjetividade, os sentimentos são interiorizações de uma posição objetiva do sistema. Assim, explicar a atividade dos atores é explicar a determinação das relações desses atores com o sistema, tendo-se a oportunidade de verificar um processo de interiorização do social. O objeto de análise se constitui em torno de instituições que permitam “fabricar” os atores pelo sistema.

Dubet (1994) propõe outra forma de conceber a ação social no contexto de uma sociedade em mutação, numa superação dos limites das teorias clássicas. Para o autor, os atores e as instituições não são mais redutíveis a uma lógica única, a um papel e a uma programação cultural de condutas, como era pensada a ação na sociedade industrial.

“Estas sociologias da ação renunciam à afirmação segundo a qual a ação social seria, afinal de contas, uma ilusão, porque seria totalmente determinada pelas exigências de um sistema que surgiria como um “deus oculto” cujos desígnios só o sociólogo conheceria. A fórmula “tudo se passa como se”, permite, na realidade, que se evite o ator, as suas representações e os seus objetivos, que são apreendidos, quer como puras necessidades funcionais quer como embustes igualmente necessários. Contra esta imagem crítica, é preciso reconhecer nos indivíduos uma capacidade de iniciativa e de escolha, é preciso, portanto, conceder-lhes uma certa distância em relação ao sistema”. (Dubet, 1994, p. 76).

Passa a ocorrer uma heterogeneidade de princípios culturais e sociais que organizam as condutas, com os atores podendo adotar simultaneamente vários pontos de vista. Há mutações globais dos quadros de referência, e nenhuma delas assume uma centralidade. Não há mais uma unidade do sistema e do ator. O ator não é totalmente socializado a partir das orientações das instituições nem a sua

identidade é construída apenas nos marcos das categorias do sistema.

Para Dubet (1994) existem três sistemas que formam o conjunto social, cada qual regido por uma lógica diferente: uma comunidade estruturada por uma lógica de integração; um ou mais mercados competitivos, dependendo de uma lógica da estratégia e um sistema cultural correspondente a uma lógica da subjetivação. Os indivíduos constroem-se socialmente através das experiências sociais, entendidas como a capacidade de o indivíduo articular esses tipos de ação, numa dinâmica que leva à constituição da subjetividade do ator e sua reflexividade. É a experiência social que articula o trabalho do indivíduo, que constrói uma identidade, uma coerência e um sentido às suas ações sempre dialogando com as lógicas de ação que já se encontram determinadas. Nessa medida a socialização e a formação dos sujeitos são entendidas como o processo mediante o qual os atores constroem sua experiência, evidenciando uma equação na qual os indivíduos se constroem e ao mesmo tempo são construídos socialmente (Dubet, 1994).

É pela ênfase que Dubet (1994) dá à questão da ação do indivíduo sobre o mundo e no mundo, que nesta pesquisa afirma-se que a representação que os alunos do curso de administração pública fazem da gestão pública pode ser alterada e modificar a conduta desses atores em relação a uma participação mais ativa quer enquanto munícipes quer como servidores públicos. Isto porque, na percepção adotada neste estudo, as disciplinas do curso podem ser compreendidas como processos por meio dos quais os sujeitos se apropriam do social, de seus valores, de suas normas e de seus papéis, a partir de determinada posição e da representação das próprias necessidades e interesses, mediando continuamente entre as diversas fontes, agências e mensagens que lhes são disponibilizadas.

Em outras palavras, cada aluno encontra-se em determinado grupo social, mas não se reduz a esse vínculo e ao que pode ser pensado a partir da posição desse grupo em um espaço social. Encontra-se em uma sociedade cujas agências clássicas de socialização, como a escola e o trabalho, se mostram frágeis, não sendo uma referência de valores e normas. Nenhuma delas, no contexto de uma sociedade em mutação, oferece certezas e seguranças como no passado. Por outro lado, esse aluno passa a ter acesso a múltiplas referências culturais, constituindo um conjunto heterogêneo de redes de significado que são articuladas e adquirem sentido na sua ação cotidiana. Assim, ele interpreta a sua posição social, dá um sentido ao conjunto das experiências que vivencia, faz escolhas, age na sua realidade: a forma como ele se constrói e é construído socialmente, como se representa como sujeito, é fruto desses múltiplos processos.

Excertos dos artigos dos alunos, descritos na seção a seguir permitem confirmar a validade das proposições de Dubet (1994) na teoria da ação social para sustentar a hipótese formulada nesta pesquisa.

3. A participação dos alunos do curso a distância de Administração Pública na Gestão Pública

3.1. Metodologia da pesquisa

Nesta pesquisa foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados. O primeiro foi um questionário aplicado a 776 (setecentos e setenta e seis) alunos do 4º, 6º e 7º períodos do curso a distância de Administração Pública da UFOP, que continha questões abertas e fechadas. Os alunos respondentes cursavam as disciplinas EAD 367 - Planejamento e Programação na Administração Pública e EAD 368 - Gestão de Pessoas no Setor Público (no 4º período), EAD 377- Elaboração e Gestão de Projetos (no 6º período) e EAD 380 – Auditoria e Controladoria (no 8º período). O segundo foram os trabalhos de conclusão da disciplina EAD377 - Elaboração e Gestão de Projetos, que consistia na elaboração de um artigo no qual os alunos deveriam relatar sua experiência profissional/pessoal relacionada ao conteúdo da disciplina.

Estes dados foram analisados tanto na abordagem quantitativa quanto qualitativa. Na abordagem quantitativa foi utilizada a estatística descritiva como ferramenta de análise com o objetivo de caracterizar a amostra em estudo. Já na abordagem qualitativa foi utilizada a análise de conteúdo visando descrever e interpretar os relatos de experiência dos alunos. Essa análise possibilita, segundo Moraes (1999), “reinterpretar as mensagens e atingir uma compreensão de seus significados”.

No artigo foram pré-definidas duas categorias de análise, a participação dos alunos do curso de administração da UFOP sob a perspectiva de servidores públicos e sob a perspectiva de cidadãos. Estas perspectivas foram definidas a partir da hipótese de pesquisa formulada. Acredita-se que estas duas dimensões da participação dos alunos irão delinear algumas possibilidades de participação social no processo de gestão pública.

3.2. Análise dos dados

3.2.1. O perfil dos alunos

O questionário foi aplicado para identificação do perfil e dos fatores que motivaram o aluno a cursar administração pública a distância. Algumas questões abertas trataram da avaliação das disciplinas - conteúdo, design, tutoria, docente.

As quatro primeiras questões verificaram: sexo, idade, se o aluno trabalha (local e número de horas semanais).

O grupo, seguinte, de sete questões buscava Informações Acadêmicas, dentre elas cinco questões fechadas e duas questões abertas que perguntavam sobre os aspectos positivos e negativos do curso a distância.

O próximo grupo de cinco questões fechadas levantou os Recursos

disponíveis para o estudo: acesso a internet, qualidade do acesso e local.

O último grupo de oito questões dentre elas cinco fechadas e três abertas, avaliou a Disciplina.

Para esta pesquisa apenas os dados relativos ao perfil foram analisados. Sendo assim, dos 776 respondentes, considerando que nem todos os alunos responderam todas as questões do questionário, tem-se que 40,6% dos entrevistados são do sexo masculino e 59,4%, do feminino.

Quanto a idade, 1,6% tem menos de 20 anos; 17,2% tem entre 21 a 25 anos; 28,7% tem entre 26 a 30 anos; 39,7% tem entre 31 a 35 anos e 12,8% tem mais de 36 anos.

Quanto ao trabalho, 92,4% disseram estar trabalhando e 7,6%, não. E, cerca de, 69,8% são servidores federais, estaduais ou municipais, não estando discriminado o percentual de cada nível de governo.

3.2.2. A influência via participação popular para residentes e via desempenho da gestão para servidores

A disciplina EAD 377 – Elaboração e Gestão de Projetos é oferecida regularmente aos alunos do 6º período e neste período, os alunos já cursaram disciplinas nas seguintes áreas temáticas: (a) fundamentos quantitativos, (b) finanças, orçamento e controle, (c) administração, (d) sociologia e política, (e) economia, (f) direito e (g) metodologia. Além disso, próximos a completar três anos de curso estão familiarizados com a metodologia do curso a distância e, em tese, conseguem avaliar com maior discernimento o curso, seus prós e contras.

No 1º semestre de 2013, a disciplina EAD 377, objeto desta pesquisa, foi oferecida a 15 polos, a saber: Alterosa (MG), Araguari (MG), Balsamo (SP), Coromandel (MG), Divinolândia (MG), Ipatinga (MG), Itapevi (SP), Jandira (SP), Conselheiro Lafaiete (MG), Lagamar (MG), Ouro Preto (MG), Salinas (MG), São José dos Campos (SP), Governador Valadares (MG) e um polo de reoferta com repetentes. O número de alunos em todos os polos foi de 367 (trezentos e sessenta e sete).

Os objetivos da EAD 377 são: (a) compreender os conceitos, metodologias e aspectos básicos da elaboração e gestão de projetos; (b) proporcionar aos alunos uma visão teórico-prática relativa à aplicabilidade das técnicas de elaboração e de gestão de projetos na administração pública, por meio da análise de situações verídicas e hipotéticas; (c) analisar, com os alunos, modelos de elaboração e de gestão de projetos, bem como proporcionar uma visão crítica das perspectivas e tendências da aplicabilidade da implantação destes modelos na administração pública e (d) identificar os atuais desafios da elaboração e gestão de projetos na administração pública e as possibilidades de câmbio de tecnologia entre o público e o privado.

Em razão dos objetivos do curso, o trabalho final proposto para os alunos foi a apresentação de um artigo com 8 a 10 laudas relatando a experiência, após o início do curso, com as questões municipais. O objetivo foi identificar a influência dos alunos nos municípios onde residem ou trabalham (ou ambos) após o início do curso. A proposta para o trabalho final foi de que os alunos se reunissem em grupos de no máximo 5 (cinco) alunos. Alguns alunos, contudo, solicitaram para fazer o trabalho individualmente.

Na condição de professora da disciplina, um dos autores deste artigo, leu preliminarmente todos os trabalhos, selecionando-os pela qualidade da discussão feita a partir do tema proposto e, também, com os teóricos que utilizaram para embasar os textos. A partir de então, os textos foram separados pela análise de conteúdo frente a discussão teórica apresentada.

Para apresentação dos dados foram feitos excertos dos artigos, identificando o polo do grupo e as iniciais de um dos alunos.

Dos 80 trabalhos analisados, apenas quatro relataram que a hipótese proposta não se confirmou. Um grupo do polo de Ouro Preto que apresentou o artigo “A Influência dos Alunos de Administração Pública nas Questões Municipais” (*B.S e mais três alunos*) argumenta:

(...) A maioria dos integrantes do grupo já participou de associações ou grupos com fins políticos antes de iniciarem seu curso de administração pública. Um dos integrantes já fez parte de associação sem fins lucrativos, outro foi voluntário da empresa que trabalhou para trabalho em campanhas sociais e outro fez parte de organização de bairro. Assim, 50% do grupo já fez parte de organizações com fins sociais e 25% do grupo já fez parte de organizações com fins políticos.

Como nenhum aluno é atuante politicamente na atualidade em seu município conclui-se que o fato de ter iniciado estudos em administração pública, mesmo para os que residem em micro cidades, não contribuiu para maior engajamento político.

O fato de 100% dos alunos terem participado de 50 reuniões ou menos também mostra atuação mediana nos grupos ao qual foram membros. Existe interesse, mas não engajamento militante suficiente para que, na forma como demonstrado por Silva e Ruskowski (2010), a atuação seja aplicada de forma permanente.

Dessa forma, para este grupo, a hipótese do trabalho não pode ser confirmada já que não existe atuação política dos integrantes. Ainda assim, como demonstrado por Mische (1997) apud Silva e Ruskowski (2010), devido ao ingresso no curso de administração pública, existem oportunidades as quais os alunos estão submetidos, de tornar-se mais efetivamente atuantes na política local das cidades onde residem, através das experiências proporcionadas pelo curso formal de administração pública.

Uma outra exceção encontrada no grupo foi a que nenhum dos participantes é servidor público ou atua na área. A sugestão apresentada é muito assertiva e será incorporada em novos estudos desta natureza pelos autores do trabalho.

Outros estudos ainda devem ser sugeridos sobre o mesmo tema, tendo em vista que

nenhum aluno do grupo é servidor público e membro de partido político, o que poderia explicar a pequena atuação política mesmo após o ingresso como aluno de administração pública. É preciso analisar então, se alunos servidores são mais atuantes politicamente do que não servidores e ainda, se alunos membros de partidos políticos são mais atuantes do que alunos não membros de partidos políticos. Estas questões ficam como recomendações para artigos futuros (g.n).

Sob o título *Graduandos em Administração Pública e as questões municipais, C.P.S e mais quatro alunos* do polo de Araguari descrevem a qualificação e as experiências adquiridas. Interessante observar que o único aluno do grupo que não é servidor público argumentou que o curso o possibilitou refletir sobre as disfunções da burocracia e os direitos enquanto cidadão:

O único integrante do grupo que não é servidor público comentou que após o início do curso, foi possível entender melhor como são realizados os processos na esfera pública, compreendendo “o porquê de tanta demora”. “Durante o curso também adquirimos consciência de que temos muitos direitos dos quais somos privados e que precisamos lutar, reivindicar esses direitos”. Além disso, nos vem à tona a falta de competência e sensatez tanto na distribuição quanto na execução dos recursos públicos, deixando setores tão importantes quanto a saúde e a educação em segundo plano.

Sobre os comentários do grupo como um todo:

Quatro desses integrantes são servidores públicos: um é servidor do exército, dois são servidores do corpo de bombeiros e um é servidor público federal em uma instituição de ensino. O último membro do grupo trabalha em empresa privada.

Sobre a participação em conselhos, ONGs e movimentos populares, os componentes do grupo não sentiram nenhuma modificação significativa, tendo em vista o comprometimento de seu tempo com o trabalho o que impossibilitaria essa participação. Alguns também mencionaram a falta de iniciativa em municípios menores para realização desses tipos de atividades. Com relação aos estudantes do grupo que são servidores públicos, todos identificaram uma melhora no desempenho de seus serviços principalmente no que diz respeito ao conhecimento sobre funcionamento e procedimentos do setor público. Um dos membros falou sobre a burocracia: “Sempre reclamamos e criticamos o serviço público em virtude do alto grau de burocratização, mas durante o curso de Administração aprendemos que é quase impossível que os serviços públicos funcionem sem a burocracia. O fato de os gestores terem de agir conforme as leis implica numa prestação de serviços públicos totalmente burocrática”.

Os servidores públicos do grupo também mencionaram ter adquirido maior capacidade para identificar e analisar os problemas de sua cidade e de, infelizmente, perceber que as soluções não são tão simples e rápidas(...)

(...) Nesse sentido podemos observar que o curso de Administração Pública interfere de forma mais efetiva no dia a dia daqueles que já trabalham no setor público, para aqueles que são gestores públicos e não possuem tal formação. Mas o curso pode ser bastante proveitoso àqueles que trabalham em empresas privadas, pois há a possibilidade de atuar em atividades que interajam com o setor público e em projetos de gestão compartilhada, planejar ações institucionais que possam reduzir custos

administrativos, ampliar a abrangência das ações e potencializar os benefícios das políticas públicas. Elaborar projetos para financiamentos em bancos públicos.

O caso das alunas do polo de Balsamo, *M.T.V.P e mais uma*, sob o título “O Serviço de Atenção Domiciliar da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Rio Preto” ilustra bem o potencial do curso em administração pública para incentivar a participação nas questões públicas, mesmo para os alunos que não são servidores.

As autoras deste trabalho residem em uma cidade com cerca de 410.000 habitantes e não são servidoras públicas municipais. Uma trabalha em instituição privada e outra é professora do Curso de Técnico em Informática em Escola Técnica Estadual. Não têm qualquer envolvimento com a Administração Pública Municipal e, portanto, poucas chances, no momento, de influenciar os gestores locais através de desempenho de gestão. O fator horário de trabalho de ambas impediu outras participações populares até o presente momento.

(...) O presente trabalho teve como importância mostrar a possibilidade das alunas utilizarem os conhecimentos adquiridos no curso de Administração Pública em situações vivenciadas em seu dia a dia. Isto pode ocorrer tanto no setor público quanto no setor privado. Foi possível articular conhecimentos de diversas disciplinas como Gestão de Projetos e Gestão de Informação além de aplicar as ideias de Logística.

Constatou-se que os princípios aprendidos sobre administração são aplicáveis em todas as áreas de atuação e a gestão de projetos é definitivamente uma das que pode dar a maior contribuição para a melhoria da prestação do serviço público e o alcance de sua qualidade.

É importante ressaltar a possibilidade que se encontrou de vir a intervir nesta realidade com o olhar de administrador e de que maneira influenciar as pessoas que se encontram ao redor para melhores práticas, disseminando e aplicando o conteúdo adquirido durante estes anos.

A conclusão que as alunas de Balsamo apresentam reforça o que diz Dubet (1994) sobre a reflexividade:

(...) Embora não pudessem experimentar uma possibilidade mais direta em uma Administração Pública Municipal, as alunas puderam perceber que já estão aptas a analisar dados, oferecer ideias e consultoria sobre melhores práticas administrativas dentro de seu próprio ambiente de trabalho. Souberam tratar o problema apresentado com a visão voltada ao aspecto gerencial mesmo sem toda formalidade que poderia ser exigida.

Um grupo do polo de Ipatinga, *D.M e mais três*, fez considerações relevantes para este estudo sob o título de “Um Breve Estudo sobre a Incorporação do Conhecimento Administrativo Público e sua influência nas Questões Municipais”. Em determinado momento, os alunos correlacionam as disciplinas estudadas que os motivaram a estudar mais detidamente a gestão pública.

Ao realizar estudo sobre a integração dos estudantes do curso de Administração Pública às atividades e projetos desenvolvidos na comunidade onde os mesmos estão inseridos é notória a necessidade de uma maior participação dos alunos na

gestão pública municipal. Ao decorrer da pesquisa foram observados aspectos técnicos no âmbito de como está sendo realizada a capacitação dos alunos estudantes de Administração Pública no Brasil (ideais para que assumam os cargos públicos) e os mesmos foram relacionados à vivência relatada pelos integrantes do grupo que desempenham funções em órgãos públicos municipais. Ao fim da explanação dos problemas relatados, são propostas diversas melhorias na gestão dos órgãos pesquisados.

Quanto à participação dos membros do grupo em ações e atividades de cunho social, percebe-se o pouco envolvimento em conselhos comunitários e organizações não governamentais, mas destaca-se a participação em movimentos populares. Nestes movimentos, especificamente nos de níveis reivindicatórios, há um grande entrosamento de todo o grupo nessas questões sabendo-se que desde o início do curso, várias visitas ao setor público foram propostas, com intuito único de fazer com que a turma adentrasse ao mundo da administração pública.

Da “Teoria da Administração I” até o “Orçamento Público”, seguramente mais de 10 disciplinas levaram a explorar in loco a gestão municipal (g.n). Em meio a isso foi acrescentado o fato de ter visto a troca do executivo e do legislativo locais. E depois de 03 anos de curso, pode-se dizer que foi experimentado um pouco dos venenos e dos remédios da administração pública. Venenos porque diversos foram os momentos que, para realizar estudos nos setores públicos, houve o impedimento burocrático, ou por parte da administração geral, ou por parte das gerências de setores. Remédios porque, como alunos do polo Ipatinga da Universidade Aberta do Brasil - UAB, houve a conquista e, inclusive, a façanha de se obter a reforma do mesmo através de uma audiência pública, além de levar a proposição da “Lei de Criação do Polo” para ser formatada no legislativo. Ter passado por todos esses entremeios mostrou inclusive a importância da proposição, implantação e controle dos projetos no setor público e principalmente da participação, como alunos do curso de Administração Pública, das questões de debate na sociedade sobre ações que influenciam direta ou indiretamente toda a comunidade local (g.n)

(...) Os desafios são muitos na formação acadêmica de um administrador público. Além da escassez de material de pesquisa voltado exclusivamente para o setor, a falta de contato com o setor público durante a formação (salvo os trabalhos acadêmicos e estágio curricular) e as perspectivas nebulosas de trabalho representam barreiras que devem ser transpostas pelos acadêmicos. Diante destes percalços, os postulantes a esta formação devem lançar mão de iniciativa e compatibilizar a agenda de curso com a realidade do setor público, sendo a participação popular e a influência na performance da gestão pública importantes meios de se fazer esta comunhão. Neste quebra-cabeça de pensar o Estado, a difusão do conhecimento aliada ao ímpeto do acadêmico são peças-chaves nesta reformulação do funcionamento da máquina pública e idealizar a contrapartida que a sociedade espera de um futuro Administrador Público.

Muitos outros excertos poderiam ser apresentados corroborando a participação dos alunos a partir da reflexão possibilitada pelo curso a distância em Administração Pública. Fato inconteste nos depoimentos também é a necessidade de se investir mais em pesquisas nesta área. Pode-se verificar em diversos trabalhos proposições para que outras pesquisas fossem desenvolvidas a partir desta discussão inicial.

Considerações finais

Face a discussão teórica e os relatos de experiência dos alunos quanto a contribuições na administração pública concluiu-se que as concepções da sociologia da ação tem promovido um processo “*desacomodador*” que, do ponto de vista dos alunos, trata-se da disseminação do conhecimento adquirido no curso por meio de participações em atividades da administração pública, em especial, na administração municipal. Por meio dos relatos apresentados foi possível discutir e ressaltar a importância dos estudos e pesquisas direcionadas para a área da administração pública como meio de influenciar a gestão pública local.

Essa influência via participação popular para residentes vem aumentando ao longo dos semestres de estudos dos alunos no curso em função das dinâmicas das disciplinas (processo de ensino-aprendizagem) e da possibilidade de implementação, por parte, principalmente dos alunos servidores públicos, de projetos desenvolvidos nas áreas de atuação desses alunos-servidores. Nesse sentido ressalta-se que o curso de graduação em Administração Pública da UFOP vem, a exemplo dessas disciplinas pesquisadas, relacionando atividades acadêmicas às práticas gerenciais da administração pública em busca da consolidação da área como um campo transdisciplinar.

Nesse sentido, pode-se concluir essa pesquisa confirmando a ideia de que os alunos do curso, a partir dos conhecimentos acadêmicos adquiridos ao longo dos semestres cursados, vêm apresentando significativa atuação social na administração pública municipal. Além disso, foi possível deixar claro que o curso possibilita ao aluno compreender as razões com que os sujeitos apropriem de fatores sociais, valores e papéis na administração pública.

Referências

- DUBET, François. Sociologia da Experiência. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia. 11ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1993.
- GAETANI, Francisco. O ensino de administração pública no Brasil em um momento de inflexão. pp. 92 a 105 Revista do Serviço Público/Fundação Escola Nacional de Administração Pública - v.1, n.1 (nov. 1937) — Ano 50, n.4 (Out-Dez/1999). Brasília: ENAP.
- GIGLIO, C. M.; GHANEM, E.; MADEIRA, V. L. S. Integrar por la educación. São Paulo. Brasil. In: NEIROTTI, N.; POGGI, M. Evaluación de proyectos de desarrollo educativo local: aprendiendo juntos en el proceso de autoevaluación. Buenos Aires: IIPE Unesco, 2004. p. 177-207.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES 266/2010 de 10 de Dezembro de 2010. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=14892&Itemid=>. Acessado em: abril de 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. Processo 23001.000120/2011-63. Relator: Gilberto Gonçalves Garcia. Parecer CNE/CP 7/2013 aprovado em 1/10/2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

VAN HAETCHT, Anne. A escola à prova da sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.